

**MODALIDADE DO RESUMO: SIMPLES**  
**ÁREA TEMÁTICA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E**  
**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**  
**CLASSIFICAÇÃO DO TRABALHO: ESTÁGIO/ RESIDÊNCIA**  
**PEDAGÓGICA**

## **CONTRIBUIÇÕES DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Cindi Manoela de Quadros<sup>1</sup>**

**Bruna Giovana Correia de Souza<sup>2</sup>**

**Gustavo Augusto Fernandes Correia<sup>3</sup>**

**Orientadora: Paula Roberta Paschoal Boulitreau<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do curso de Licenciatura em Educação Física-NEFD-UFPE –  
cindimanoela@hotmail.com

<sup>2</sup>Estudante do curso de Licenciatura em Educação Física-NEFD-UFPE –  
bruna.giovana015@gmail.com

<sup>3</sup>Estudante do curso de Licenciatura em Educação Física-NEFD-UFPE –  
gustavocorreia.fernandes@gmail.com

<sup>4</sup>Docente do Colégio de Aplicação da UFPE-CAp-UFPE-roberta.p.boulitreau@gmail.com

### **Resumo:**

A política de formação de professores vem trazendo inovações, como o Programa de Residência Pedagógica (RP) que exerce um papel de suma importância em nossa formação inicial, pois possibilita a docência precoce em âmbito escolar. A formação docente compreende um período importante, pois ao longo da graduação serão adquiridos e incorporados conhecimentos necessários ao exercício da profissão. Nessa fase inicia-se a construção da identidade docente, que será consolidada com base nos significados associados a essa profissão juntamente com as experiências e trajetórias de cada um como preconiza o Plano Nacional de Educação (decênio 2014-2024). O presente estudo tem por objetivo relatar a experiência de duas acadêmicas do curso de licenciatura em Educação Física, que fazem parte do RP. A pesquisa é descritiva com abordagem qualitativa, tomando como base epistemológica a etnometodologia. Ela se caracteriza como relato de experiência sistematizado através de registros escritos em diário de campo analisado por meio da técnica de análise de conteúdo. A lei de número 9.394 de 1996, afirma que: A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica. Considerando tal aspecto, o RP visa aproximar os estudantes da graduação ao que fazer dos professores preceptores em escolas-campo vinculadas à universidade por meio da constituição de

um núcleo. No nosso caso, estabeleceu-se o vínculo entre o Departamento de Educação Física da UFPE e o Colégio Aplicação da UFPE. A referida escola-campo é uma instituição que contempla o ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e o ensino médio, com funcionamento semi-integral. Durante a experiência, já percorremos duas etapas: a ambientação e a imersão. A ambientação ocorreu em agosto, setembro e outubro de 2018, com o objetivo de inserção da realidade da escola. Nossa imersão foi composta por observação, planejamento, participação em eventos, participação em concelhos de classe, reuniões com a preceptora e efetiva regência; e, está ocorrendo com turmas de 6º ano (A e B) e uma turma de 8º ano (desde outubro de 2018). O RP influencia diretamente na formação docente porque, através dele, temos contatos com os saberes presentes na escolarização básica que também são saberes docentes (TARDIF, 2014). O RP como mecanismo de ampliação do estágio se tornou colaboradora do processo de formação docente inicial. Segundo Goulart (2004), os alunos de graduação, atualmente, tem uma formação mais completa levando em consideração as possibilidades que a universidade oferece durante o curso, como participação em estágios, projetos de extensão, pesquisas e programas que permitem os alunos terem mais acesso ao campo que ele irá atuar. Concluímos que o Programa tem um papel de suma importância na formação docente, pois permite um conhecimento mais amplo do que é ser docente.

**Palavras-chave:** Ensino; Ginástica; Educação Física.

**Agência de Fomento:** Programa de Residência Pedagógica – CAPES

**Referências:**

- BRASIL. **LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da educação. Lei nº 9.394/96 de 1996. Brasília: Ministério da Educação/SEED, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em março de 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 26, 2014.
- GOULART, Audemaro Taranto. A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 2, n. 4, p. 60-73, 2004.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17ª edição. Petrópolis-RJ: 2014.